

SOCIEDADE & ESTADO

Revista semestral do Departamento de Sociologia da UnB

Volume IV, n.º 2, julho/dezembro 1989

Impresso no Brasil
Sob responsabilidade do Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70910 Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1989 by Departamento de Sociologia da Unb

É permitida a reprodução de artigos com a menção da fonte

Coordenação Geral
Maria Lucia Maciel
Elimar Pinheiro do Nascimento

Conselho Editorial

Gabriel Cohn	Maria Brandão
Maria Suzana Arrosa Soares	César Barreira
Fernando Corrêa Dias	Walder de Góes
Silke Weber	Otávio Guilherme Velho
José Albertino Rodrigues	Gilberto Velho
Bernardo Sorj	Wanderley Guilherme dos Santos
Ivan Sérgio Freire de Souza	Hélgio Trindade

Pareceristas deste número

Cesar Barreira/UFCe	Mariza Peirano/UnB
Giuseppe Stacconi/UFPe	Nadia Araújo Castro/UFBa
Gustavo Ribeiro/UnB	Nazaré Wanderley/UNICAMP
João Gabriel Teixeira/UnB	Paola Cappelina/UFRJ
José Geraldo de Souza Jr./Unb	Vilma Figueiredo/UnB

Publicado com o apoio do CNPq

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	3
Trama, Urdidura e Regulação: Um instrumento para as Ciências Sociais <i>Alain Lipietz</i>	5 •
Carências e Sujeitos Sociais: Uma estratégia para o seu des(en)cobri- mento	37
<i>Paulo Krischke</i>	
Alguns Impasses Teóricos na Análise do Sujeito Coletivo	59 •
<i>Christiane Girard Ferreira Nunes</i>	
Direito em Gramsci	69
<i>Ronaldo R. B. Poletti</i>	
Políticas de Formação de Recursos Humanos na Década de 70	81
<i>Maria Umbelina Caiafa Salgado</i>	
O Processo de Colonização Agrícola no Brasil Contemporâneo	103 <i>ri-salg</i>
<i>José Vicente Tavares dos Santos</i>	

RESENHAS

Pierre Bourdieu – <i>La noblesse d'Etat. Grandes écoles et esprit de corps</i> . Por Bárbara Freitag	119
Carlos Benedito Martins – <i>Ensino Pago um retrato sem retoques</i> . (2.ª ed.). Por Maria Francisca Sales Pinheiro	128
Elizabeth Machado Duarte – <i>Reforma Agrária: entraves políticos e administrativos</i> . Por Maria Stela Grossi Porto	133
João Gabriel Lima Cruz Teixeira – <i>Os Metalúrgicos de Salvador</i> . Por Carlos Artur Campos	136

BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS
SOCIAIS e HUMANIDADES

ABSTRACT

HUMAN RESOURCE FORMATION POLICIES IN THE SEVENTIES

This study of the creation in 1974 of the SNFMO (National System for Labour Training) seeks to show that, in the socio-political and economic context of the period, the System emerges as an instrument of managerial modernization, an instance of social control and a strategy for the redefinition of roles played by agencies of professional training. The author concludes that, if the central hypothesis is true, it is possible to predict a loss of importance of the SNFMO due to the process of redemocratization and the dynamics of popular participation.

RESUME

LES POLITIQUES DE FORMATION DE RESSOURCES HUMAINES DANS LES ANNEES 70

Cette étude sur la création, en 1974, du Système National de Formation de Main-d'Oeuvre cherche à démontrer que, dans le contexte socio-politique et économique du moment, le Système apparaît comme un instrument de modernisation gerencielle, une instance de contrôle social et une stratégie de redéfinition du rôle des agences de formation professionnelle. L'auteur considère que, si l'hypothèse centrale est vraie, est possible de prévoir une perte d'importance du Système due à la redémocratisation et à la nouvelle dynamique de la participation populaire.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Associação Rural
Geografia Rural
José Vicente TAVARES DOS SANTOS*

RESUMO

7.02.05.00-0

O autor procura reunir estudos empíricos e reflexões teóricas para definir, a partir da recorrência estrutural da ocupação de novas terras, o processo de colonização agrícola com base na produção familiar enquanto objeto científico. Discute sua continuidade cíclica, o controle social do espaço, a produção social da exclusão, a reprodução social dos colonos. Considera que se trata de um processo social complexo, de dupla dimensão – espacial e temporal – que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.

A possibilidade de poder contar com a ocupação econômica de novos espaços tem sido uma das características históricas do crescimento do setor agropecuário brasileiro, pois até muito recentemente a base dinâmica deste setor consistia no crescimento extensivo, com a sucessiva incorporação de novas áreas à produção, ao que normalmente se agregava o deslocamento espacial de populações trabalhadoras, sem uma substancial alteração dos padrões tecnológicos do processo produtivo.

Entretanto, nas duas últimas décadas, houve uma profunda modernização da agricultura brasileira, com a incorporação de inovações tecnológicas ao processo de trabalho agrícola, o que acarretou importantes aumentos da produção e da produtividade e uma complexa alteração das relações de trabalho no campo. Porém, tal processo de modernização realizou-se de forma desigual, vinculado a alguns produtos, principalmente àqueles destinados prioritariamente ao mercado externo, e restrita, vinculado a algumas regiões do País, principalmente às regiões Sul, Sudeste e, mais recentemente, Centro-Oeste. Ainda mais, configurou-se um processo de modernização cuja efetivação produziu sistematicamente a exclusão social.

Passando o crescimento intensivo a ser o vetor do setor agropecuário brasileiro, nem por isso a antiga forma de crescimento extensivo foi abandonada, pois a possibilidade de incorporar novas áreas à produção manteve sua relevância econômica. Desta forma, desenvolve-se uma simultaneidade entre a modernização de áreas de ocupação antiga e a valorização econômica de novos espaços da sociedade brasileira.

* Sociólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A sociedade brasileira tem sido historicamente marcada pela ocupação de novas terras, mediante distintos regimes fundiários, variadas atividades econômicas e diferentes tipos de população. Sucessivas porções do território foram sendo incorporadas à economia e à sociedade nacional, e, de acordo com o momento em que tal se deu, definiu-se a significação das novas terras para a sociedade global.

Nessa linha, verifica-se a permanência de uma característica estrutural da sociedade global que tem significações múltiplas, sejam econômicas, políticas ou ideológicas, pois a ocupação de novas terras resultou em uma forma específica de constituição das classes sociais, em especial das classes agrárias, na sociedade brasileira.

A persistência da política de ocupação de novas terras pode também ser percebida através da evolução dos projetos de colonização, desde 1930, mediante os dados concernentes às famílias de agricultores instalados nos referidos projetos (cf. quadro nº 1). As informações oficiais indicam que de 1930 a 1978, foram instaladas 55.088 famílias de colonos, das quais 43.172 em projetos oficiais e 11.926 em projetos de responsabilidade privada. Nos dez anos seguintes, houve um significativo aumento da capacidade de absorção de agricultores, em várias regiões, o que levou a um total global, entre 1930 e 1988 para o período contemporâneo da história brasileira, de 179.493 famílias de agricultores instaladas em programas de colonização, das quais 147.241 em projetos oficiais e 32.252 em projetos de responsabilidade privada.

A observação desses dados já denota claramente o caráter seletivo desta política agrária, principalmente se compararmos com as proporções da população rural brasileira. Não obstante, a recorrência estrutural da ocupação de novas terras possibilita definir como objeto de pesquisa uma forma particular desse amplo movimento, o processo da colonização agrícola com base na produção familiar.

A tarefa que nos propomos é reunir estudos empíricos e reflexões teóricas para construir um objeto científico cujos contornos ainda estão em definição, e que certamente será o resultado de um trabalho coletivo.

Desde logo, deve-se salientar que se trata de um processo complexo, constituído por grupos e classes sociais em tensão e em conflito, e, ainda, de um processo necessariamente multidimensional, envolvendo práticas econômicas e sociais, ações políticas e representações simbólicas.

Evidentemente, a colonização sempre foi um ato da vontade do poder estatal, e sempre acompanhou uma estratégia de expansão do capital por sobre os novos territórios. No entanto, entendemos que a colonização constitui uma forma de produção do social sobre um determinado meio natural, e, portanto, trata-se de um processo social cuja especificidade cumpre tentar reconstruir e explicar.

Nesse sentido, o processo da colonização agrícola define um espaço social de conflitos, no interior do qual posicionam-se grupos, classes e forças sociais que entram em antagonismo. O que está em disputa é a forma da ocupação humana dos novos territórios brasileiros, e cada uma das classes e forças sociais envolvidas vai tentar definir diferentemente a forma social que esta ocupação do espaço deverá tomar. Configura-se, portanto, como um fenômeno

social tenso, marcado por estratégias de dominação política e de exploração econômica, mas, necessariamente, transpassado por lutas sociais e revelador de projetos sociais alternativos.

Podemos definir, de modo preliminar, o objeto científico de nosso estudo; trata-se do **processo da colonização agrícola, em suas múltiplas dimensões (econômicas, sociais, políticas e ideológicas), percebido enquanto uma expressão da atividade de determinados grupos, classes e forças sociais: tais agentes são o Estado, as classes sociais dominantes (capitalistas e proprietários fundiários) e os camponeses.** Porém, a interrogação privilegiada de nossa análise é estabelecer a relação significativa entre a colonização de novas terras e os camponeses meridionais.

A referência empírica desta análise consiste, basicamente, do estudo de três casos: do programa de colonização Canarana, instalado em 1972, no leste do Mato Grosso; do programa de colonização Terranova, implementado em 1978, no norte do Mato Grosso; e de uma série de agricultores que retornaram ao Sul depois de terem estado em programas de colonização na Amazônia. Por outro lado, fizemos uma análise secundária dos estudos disponíveis acerca de programas de colonização na Amazônia Legal, instalados entre 1964 e 1984, que tiveram como característica comum a clientela recrutada entre os agricultores do Sul do Brasil (1).

Para explicar sociologicamente este processo, pretendemos reconstruir as formas sociais de vida e de produção, assim como as relações sociais e as representações simbólicas, que por ele se desenvolvem tanto nas regiões de origem das populações migrantes quanto nas regiões de destino, nas quais foram instalados os núcleos de colonização. Enfim, a questão maior que orienta o estudo é saber quais as relações sociais produzidas pelo processo da produção agrícola, definidas pelo espaço social e pelo tempo social que vêm a constituí-lo na sociedade brasileira.

A continuidade cíclica da colonização agrícola

Podemos entender a política de colonização enquanto uma política agrária que objetiva ocupar, econômica e socialmente, novas terras, através do estabelecimento de unidades produtivas familiares. Definida nestes termos, sua ocorrência no País tem uma longa duração histórica, pois data do início do século XIX, quando foram implementadas simultaneamente políticas de colonização e políticas de imigração, ambas atraindo populações européias, principalmente da Alemanha, Itália e Polônia, para as regiões do Sudeste e do Sul do Brasil. Interessa-nos tão somente salientar que, a partir dos anos 1930, houve um inflexão da vinda de estrangeiros, pois desde então a colonização de novas terras teve como objetivo precípua a instalação de populações nacionais em novas áreas do território brasileiro.

O processo da colonização tem se realizado segundo um certo tipo de continuidade que nos permite falar em ciclos da colonização agrícola. Tais ciclos tiveram seus limites temporais fixados por uma decisão política do Estado brasileiro, e estiveram próximos das alterações maiores dos sucessivos regimes políticos que os definiram, guardando, no entanto, suas especificidades.

Assim sendo, podemos identificar claramente três ciclos de colonização, desse 1930, os quais foram marcados por alterações no que diz respeito às populações envolvidas, às novas terras para as quais aquelas populações se dirigiram bem como em relação aos efeitos políticos que produziram.

O primeiro desses ciclos, nós o denominamos de “a colonização para os trabalhadores nacionais” entre os anos de 1940 e 1945, durante o período do Estado Novo. A forma social que foi proposta pela política de colonização então aplicada partia da constatação de que havia um excedente populacional de “nacionais pobres” e, portanto, uma situação potencial de “tensão social”, frente à qual cabia ao Estado propor soluções, despontando entre elas a preocupação com as migrações internas: tais correntes deveriam ser orientadas tanto para as cidades do Sudoeste quanto para as terras públicas do Centro Oeste e da Amazônia.

Nesta última destinação, o Estado se encarregaria de organizar a instalação dos migrantes em programas de colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, nos quais eles formariam pequenas propriedades familiares. Entretanto, ao serem selecionados e, posteriormente lá serem colocados, dos colonos seria exigida uma “boa conduta”, mostrando portanto que o Estado brasileiro visava tanto a desenvolver a produção de alimentos, quanto a implantar um regime de disciplina nas novas áreas de colonização. Desta forma, a política de colonização da época visava a garantir a “fixação” dos homens no campo, e, assim, manter a “estabilidade” do meio rural brasileiro.

O ciclo seguinte, nós o denominamos de “a colonização contra as lutas sociais no campo”, tendo se desenrolado entre 1951 e 1960. Desta vez, a forma social proposta pela política de colonização então implantada visava a atingir os habitantes das “zonas empobrecidas” e aqueles “sem emprego”, com a finalidade de orientar os fluxos migratórios para os núcleos de colonização, públicos e privados.

Este período da história brasileira foi marcado por lutas sociais no campo, no início de modo esparso em várias regiões do território, mas depois elas já atingiriam um relativa articulação a nível regional. Desta forma, confrontado à crise social e face à eclosão das mobilizações camponesas, o Estado populista retomou as propostas de colonização, tentando assim atender, a seu modo, as reivindicações pela terra. Pretendia, ao mesmo tempo, que os novos agricultores, desenvolvendo suas pequenas propriedades, formassem uma “classe média rural”, da qual se esperaria que viesse a ter um papel político conservador.

O início da década de 1960 foi marcado pela introdução na cena política brasileira da reivindicação pela Reforma Agrária, enquanto uma proposta oriunda das mobilizações camponesas, depois inscrita pelos políticos populistas. Na realidade, durante toda a década, ultrapassando mesmo a mudança do regime político, a Reforma Agrária viria a ser o tema central dos embates acerca das alternativas para a crise fundiária brasileira. Entretanto, as hesitações e os compromissos políticos dos sucessivos Governos Militares terminaram por fazer ressurgir a outra alternativa.

Em conseqüência, a partir de 1970, desencadeou-se o ciclo de colonização que viria a marcar todo o restante do período autoritário-militar da história

brasileira. Podemos denominá-lo de “ciclo da colonização contra a Reforma Agrária”, efetivado durante os anos de 1970 e 1984, pois nele esteve presente a antinomia dessas duas alternativas de política agrária. Nesse período, foi instaurada uma nova região de expansão agrícola, a Amazônia, na qual foram instalados programas de colonização tanto oficiais quanto privados, estes sob a responsabilidade tanto de empresas de colonização quanto de cooperativas de produtores agrícolas.

Produziu-se, muito mais acentuadamente do que nos períodos anteriores, um rígido controle do espaço e dos homens, como expressão da atividade das agências de colonização, vindo a se configurar um regime “disciplinar” nas novas regiões. No que concerne à clientela visada por tais agências, vários procedimentos de seleção social foram desencadeados, dando-se agora nítida preferência a um outro tipo de agricultor, qual seja, o camponês minifundiário e o trabalhador sem terra das regiões meridionais brasileiras.

A sucessão descontínua dos ciclos de colonização agrícola na sociedade brasileira contemporânea evidencia um processo complexo de produção de relações sociais que necessita uma explicação sociológica abrangente, para a qual tentaremos indicar algumas dimensões, tomando como referência empírica sobretudo as realidades sociais configuradas durante o último ciclo.

O controle do espaço e dos homens

A colonização agrícola pode ser vista como uma técnica social que utiliza mecanismos de controle do espaço e de controle dos homens, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras.

O controle do espaço expressa a forma particular de historicização da natureza que se produz através do processo da colonização; ou seja, qual a forma social da terra que por ele se plasma (2). Visto que a colonização sempre esteve associada à valorização econômica de novos espaços, o discurso do Estado que fundamentou tais políticas, no período autoritário-militar, baseou-se na noção de “vazio demográfico”; ao lado da evidência empírica de que frequentemente se tratava de regiões de fraca densidade demográfica, o importante a ressaltar é que os responsáveis pelas agências de colonização construíram um “vazio social” sobre as terras onde deveriam ser instalados os programas de colonização. A produção deste “vazio social” se fez em vários momentos. Supunha-se, em primeiro lugar, que lá não havia qualquer habitante e se produzia o esquecimento de que, quase sempre, se tratava de territórios de nações indígenas. No entanto, outro grupo social foi também “evacuado” das zonas de colonização: os caboclos amazônicos, cujo número se adensou após o final do ciclo da borracha. Já o terceiro grupo esquecido pela categoria do “vazio social” é o dos posseiros, que habitavam os territórios em seguida ocupados pelos programas de colonização. Em todas as situações, as agências de colonização emitiram um discurso que não apenas fazia “desaparecer” tais grupos, como os menosprezava e, no limite, os estigmatizava.

No entanto, quando se observa de perto a situação anterior dos espaços onde foram instalados os programas de colonização, encontram-se as configurações as mais diversas: terras devolutas, utilizadas pelo Estado ou dadas em

concessão a empresas ou cooperativas de colonização; terras devolutas, parcialmente ocupadas por posseiros; ou terras privadas desapropriadas pelo Estado.

A construção da categoria "vazio demográfico" permite o desencadear de uma operação de "naturalização do social"; ou seja, o território assim esvaziado daqueles que o habitavam anteriormente tornava-se um espaço "natural". Ora, esta natureza socialmente produzida deverá então ser ocupada por um projeto de colonização o qual será a expressão de um modelo unívoco de organização do território. Tal modelo, definido pelas agências de colonização, é de cunho "moderno" e "racional"; em outras palavras, trata-se da modernização da agricultura.

Ao mesmo tempo, durante o regime autoritário-militar, este modelo seguiu a lógica da "doutrina de segurança nacional", como o demonstrou Ianni, inserindo-se em uma estratégia geopolítica (3).

Assim que esta operação, tanto simbólica quanto real, de produzir "territórios despovoados" se completou, as agências de colonização trataram de implementar seus programas. Entretanto, para efetivar este "controle do espaço" foi necessário implementar ainda o "controle dos homens", pois a colonização, seja de responsabilidade oficial, seja de responsabilidade privada, implicou sempre um deslocamento das populações rurais, freqüentemente para regiões diversas das que regularmente habitavam.

Nas regiões de origem, seja nos estados meridionais ou em outros, tratava-se de romper os laços sociais estabelecidos e de afastar os agricultores de seu ambiente ecológico. O resultado é um fenômeno de dessocialização das populações envolvidas, por um desenraizamento de seu meio natural e social. Nas regiões de chegada, as agências de colonização se encarregam da organização da vida social em vários níveis: o plano das agrovilas que será criador de relações de vizinhança; as associações locais, organizadas por funcionários de organismos públicos; o sistema agrícola, imposto sem consulta aos colonos, assim como o processo de trabalho, orientado pelas agências de colonização.

Por conseqüência, a vida dos colonos sofrerá várias coerções. Toda atividade econômica não prescrita provocava desaprovação e, no limite, represálias: seja a interdição do garimpo, seja a condição de vender os produtos a outros comerciantes que não as cooperativas. Mas também as ações coletivas não foram aceitas pelas agências de colonização: em vários programas houve restrições às iniciativas de organização sindical, ou à instalação de lideranças artificiais; ou, ainda, a vigilância policial, senão a presença de milícias privadas das companhias de colonização.

Enfim, podemos afirmar que as agências de colonização quiseram proceder a uma ressocialização autoritária dos colonos. Não será por acaso que podemos registrar, em várias histórias de vida de colonos de Terranova, e de colonos que retornaram de Altamira para o Sul, expressões que evocam um universo fechado: "prisão", "cativo", "obrigações" ou "dívidas". Nesse sentido, o paradoxo da colonização de novas terras consiste na produção de um espaço social controlado em meio a novas terras que poderiam supor horizontes largos; inverte-se, assim o discurso das agências de colonização, que, nas regiões de origem dos colonos, difundiam "promessas" de uma abertura de possibilidades

econômicas e sociais.

Nesse quadro, um dos efeitos, tanto do "controle do espaço" quanto do "controle dos homens", foi o desenvolvimento de um processo de seleção social.

Tal procedimento realizou-se já nas regiões de origem: tratava-se de escolher uma clientela que deveria corresponder a características definidas. Nos casos dos programas oficiais, elas se limitavam a: ter entre 21 e 60 anos; ser casado; provar boa conduta; possuir "tradição agrícola"; e não ter propriedade rural. No caso dos programas privados, os candidatos deveriam, ainda, possuir recursos suficientes para sua subsistência no primeiro ano após a instalação. Em segundo lugar, esta escolha foi acompanhada de uma seleção regional dos colonos: tratava-se de reunir populações de várias regiões do país do Nordeste, mas também do Sul.

À seleção regional e social foi consolidada por uma figura simbólica particular. Tratava-se da categoria do "colono modelo": o agricultor que teria, por suposto, melhor instrução, maior acesso às técnicas agrícolas modernas, ao uso de insumos e máquinas; que teria familiaridade com o crédito agrícola, associado a cooperativas e receptivo à extensão rural. Esta representação de "colono modelo" foi produzida desde os anos 70, e aplicada inicialmente no Projeto Altamira (4).

A categoria "colono modelo" constituiu um tipo de referência a partir do qual se estabeleceram graus de avaliação dos colonos: mais ainda, as classificações formuladas pelas agências de colonização foram cada vez mais estereotipadas, na medida em que os colonos, na vida real, se afastavam daquela suposta conduta. Outro componente do tipo "colono modelo" decorre da efetivação do controle dos homens: trata-se daquele que é submisso às diretivas das agências de colonização. O "colono modelo" será, portanto, tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o Poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras.

A produção social da exclusão

No limite, a seleção social que se efetivou no processo da colonização produziu seu inverso recíproco: a exclusão social que se produziu nas zonas onde foram instalados programas de colonização agrícola explica-se pela vivência de condições de vida e de produção tais que forçaram os colonos a abandonar os lotes. No entanto, outras razões também os levaram a isso, decorrentes da própria seleção social. Ou seja, esta lógica continuou a funcionar após a chegada dos colonos aos projetos: aqueles que não chegaram a preencher os critérios exigidos pelas agências de colonização, ou seja, que não se configuraram como "colonos modelos", foram por elas deixados de lado, tanto do ponto de vista material quanto simbólico.

Isso é demonstrado tanto pela repetição dos estereótipos em nível local, de repercussões políticas e mesmo de ordem repressiva, quanto pelas queixas e denúncias dos colonos: nesse sentido, o seu "nomadismo" será um testemunho da exclusão socialmente produzida. Tais denúncias incidem sobre fatos de várias ordens. De início, acusam as más condições de alimentação e de saúde:

carência generalizada dos serviços públicos e a falta de medicamentos: a falta de alimentos, sobretudo nos meses das chuvas e o alto preço dos gêneros alimentícios, as habitações precárias e as escolas improvisadas.

Por outro lado, as condições da produção não foram tecnicamente projetadas e os efeitos perversos da modernização abusiva logo se fizeram sentir; os solos se esgotaram após poucos anos de cultivo; e o uso do crédito rural levou-os rapidamente ao endividamento bancário, à chamada “expulsão branca” (5).

O acúmulo de tais vivências levou os colonos uma vez mais a partir, retomando uma experiência plena de migrações. Ora, cada um desses deslocamentos significa também uma perda das referências ao meio ambiente e ao meio social. Frequentemente, nas regiões meridionais, os próprios camponeses haviam formado as instituições locais, e edificado seus locais de funcionamento, todo um trabalho feito de modo comunitário que eles tiveram de deixar para trás e que significou uma experiência de dessocialização.

Parece difícil conhecer precisamente o destino desses colonos que abandonaram seus lotes: alguns partiram para os centros urbanos nas próprias zonas de colonização; outros se empregaram como assalariados para alguns “colonos ricos” ou para os fazendeiros vizinhos. Outros tantos escolheram partir para a frente, tentar um lote em outro programa de colonização, ou transformaram-se em posseiros em novas terras. Um destino também possível para muitos colonos foi o de retornar a suas regiões de origem, como foi principalmente o caso daqueles que tinham vindo do Sul.

Todavia, os colonos que abandonaram os programas foram imediatamente desqualificados pelas agências de colonização. Estas afirmavam que eles haviam desprezado todas as vantagens que lhes tinham sido dadas e que eles haviam “fracassado” por sua própria culpa, seja por não terem querido trabalhar, seja por não terem conseguido gerir sua unidade produtiva. Rapidamente, passaram a ser categorizados pelas agências de colonização como “ociosos”, “vagabundos” e “preguiçosos”. Produziu-se, pois, uma inversão categorial de todo significativa: os mesmos que, ao serem selecionados pelas agências de colonização nas regiões de origem, tinham sido considerados “bons agricultores”, passaram a ser doravante “os maus colonos”; e passaram a sofrer o estigma de serem os “antipioneiros”.

Talvez esse fenômeno de abandono explique por que, tão reiteradamente, se afirma, em relatórios oficiais, que antigos programas de colonização se despoaram. O “nomadismo” dos colonos brasileiros revela o inverso da seleção social, indicando que a produção social da exclusão é uma das dimensões constitutivas do processo da colonização.

A reprodução social dos colonos

Para além de todas as formas de dominação que incidem sobre os colonos nas novas terras, percebe-se que uma dominação social não será jamais total. Uma vez que o processo de colonização se constitui enquanto um campo de conflitos sociais, ele sempre deixa transparecer a ação coletiva das populações dominadas. Na medida mesmo em que podemos reconstruir a multiplici-

dade das formas de dominação, assinalando que a dominação exercida pelo capital não é jamais simples e tampouco a única, devemos evocar a multiplicidade de formas de ação social que os colonos reinventaram nas novas terras.

Na origem, os motivos pelos quais os camponeses meridionais partiram para as zonas de colonização – ao lado das coerções econômicas, políticas e ideológicas – foram as possibilidades de reprodução social. Ou seja, tratava-se da busca de um “sonho da terra”: a realização deste objetivo somente seria possível se os colonos, suas mulheres e seus filhos, pudessem reencontrar, em outros espaços, um pedaço de terra no qual pudessem viver e produzir enquanto camponeses. Este é o eixo da decisão dos camponeses meridionais de partir para as zonas de colonização. Entretanto, deve ser enfatizado que tal motivação profunda não se verificou apenas nos dois casos que estudamos (Canarana e Terranova), mas também em outras situações contemporâneas: Molina o registrou no programa Iguatemi (MS); Pinto o fez em GY-Paraná (RO); em Alta Floresta (MT), tanto Jatene quanto Guimarães Neto também o verificaram; e Oliveira o observou em SINOP (MT) (6).

Assim, os camponeses chegam aos programas de colonização em uma trajetória de agricultores em busca de terra: a propriedade do lote lhes trará segurança, para ter sua própria produção, para trabalhar de modo independente e para deixar uma herança aos seus filhos. Isso significa também uma recusa da condição, real ou virtual, de assalariado.

Por conseguinte, os colonos tentaram superar a dessocialização por que passaram, no momento da transferência para as zonas dos programas, reinventando as ações coletivas. De início, eles o fizeram no próprio espaço residencial: no momento em que os colonos perceberam que habitar nas agrovilas não era funcional, não só por causa da distância em relação ao lote, mas, sobretudo, porque dificultava o funcionamento da cooperação familiar nas atividades cotidianas, eles as deixaram para morar nos próprios lotes. Tentaram, depois, em um **habitat** disperso, reconstituir as redes de sociabilidade local, configurando uma espécie de “bairro rural”, como foi observado em Altamira, em Marabá e em Terranova.

Em um outro nível da ação coletiva, houve grandes dificuldades para a reorganização dos sindicatos de trabalhadores rurais: seja porque a superfície inscrita no título da parcela era superior ao módulo oficial, o que os compelia a se associarem a um sindicato patronal: seja pelas coerções exercidas pelas agências para impedi-lo; seja, enfim, pela própria diversidade social dos migrantes. No entanto, em vários programas, como em Terranova, em Altamira e no programa Serra do Ramalho, foi possível fazê-lo; e para tanto, muito contribuiu uma certa experiência e uma memória das lutas sociais nas regiões de origem.

A reorganização das ações coletivas foi estimulada pelos conflitos sociais que não tardaram a eclodir nos programas de colonização. Conflitos fundiários, confrontando agências públicas e os “posseiros”; conflitos dos colonos com as cooperativas, acerca do precário fornecimento de alimentação e da não realização das promessas feitas nas regiões de origem; conflito com as agências oficiais de colonização, sobre a demarcação dos lotes ou as condições de comercialização dos produtos agrícolas.

Tais ações coletivas expressam uma outra forma de vida social, ao nível de práticas produzidas pelos próprios colonos, diferente daquela que as agências de colonização tentam continuamente impor. Determinadas dimensões do processo de produção são a expressão desse projeto camponês de reinvenção do social em uma zona de colonização. Em Canarana como em Terranova, por exemplo, há colonos que tentam implementar certas modificações no processo de trabalho: utilizam apenas sementes auto-produzidas; empregam insumos orgânicos, diversificam as culturas de subsistência; reduzem as culturas comerciais; e tentam adquirir gado como fonte de alimento e como reserva patrimonial.

No que se refere à comercialização, os colonos procuram compradores fora das cooperativas existentes em cada programa. Esforçam-se por abandonar o uso do crédito, para trabalhar de modo independente. Neste contexto, insere-se a busca de um trabalho complementar, como a coleta de ouro em certas regiões da Amazônia Ocidental, o que se verifica nos programas Terranova, Peixoto de Azevedo, Guarantã e Alta Floresta; porém, o que é significativo é que os rendimentos do trabalho complementar são reinseridos na lógica da unidade de produção camponesa. Para os colonos, trata-se de assegurar a parcela: a terra representa para eles uma das condições de possibilidade da liberdade, um espaço no qual poderão existir enquanto camponeses.

Parece-nos que entre os agricultores que vivem nos programas de colonização da Amazônia, seja em Canarana, em Terranova, ou em outros programas, certos grupos de colonos estão forjando uma identidade, fundada em uma trajetória de reprodução social, que se constrói na vivência do processo da colonização agrícola. A presença dinâmica desses colonos no campo de conflitos próprios a este processo, no qual se reconhecem a si mesmos e reconhecem também seus adversários, desde as classes dominantes locais até o aparelho de Estado, expressa a elaboração de um projeto de classe específico na sociedade brasileira, um projeto social de camponeses meridionais que se afirma em novos territórios.

Por uma abordagem explicativa da colonização agrícola

Para tentar explicar as realidades sociais determinantes e produzidas pelo fenômeno da ocupação de novas terras baseado na produção familiar, na sociedade brasileira, propomos a noção de "processo da colonização agrícola". Em sua formulação mais simples, esta noção pode ser assim enunciada: **o processo da colonização agrícola constitui um processo social complexo, de uma dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.**

Começamos por explicar a dimensão espacial do processo da colonização agrícola: ela relaciona a região de origem das populações envolvidas, rurais e urbanas, com as regiões de destino dessas populações; porém, deve-se salientar o caráter fundamentalmente recíproco desta interação.

Retomemos alguns dos fenômenos sociais que se produzem na região de origem. Houve, no Brasil meridional, durante os anos 70, um largo processo de expulsão de certas camadas do campesinato, tanto por causa da concen-

tração da estrutura fundiária quanto das coerções econômicas que se exercem sobre as pequenas propriedades rurais. Nesse quadro, desencadeou-se uma política de colonização para transferir as populações consideradas "excedentes" para as novas terras, para o que foi instalado um aparelho ideológico da colonização capaz de difundir uma mensagem favorável dos programas.

Entretanto, os camponeses meridionais mantêm o objetivo de se reproduzirem socialmente enquanto produtores familiares, o que se choca com a crise fundiária e com a exploração econômica que vivenciam. Em consequência, dessa busca de terras emergiu um "sonho da terra" entre os camponeses meridionais. Compreende-se, então, a ampla significação das lutas sociais desencadeadas na região Sul nas últimas três décadas: luta pela terra, luta pelo valor do produto agrícola, e também luta contra a política de colonização.

Para reduzir a força dessas ações coletivas, o Estado e as classes dominantes, rurais e urbanas, organizaram a colonização: aceitaram a reivindicação pela terra, mas, com a condição de que os camponeses aceitassem receber as parcelas nas zonas de colonização; e quando a persuasão não funcionou, o Estado sempre recorreu à força militar.

Nas regiões de destino, já mencionamos como as agências de colonização, públicas e privadas, instauraram um controle sobre as novas terras, descartando qualquer outro regime fundiário. Acompanhando tal forma de ocupação, definiram o tipo de "colono modelo" que deveria ser o agente da estratégia de modernização da agricultura a ser instaurada.

A novidade nas zonas de colonização é que a modernização agrícola pode se fazer rapidamente, pois em face não havia senão um "vazio social" socialmente produzido. Então, todos os componentes modernos para desenvolver o setor agropecuário são implementados: as cooperativas, as agências bancárias e a extensão rural. Desenvolve-se, paralelamente, a reprodução da subordinação dos colonos, com os efeitos perversos adicionais derivados da implantação de culturas agrícolas em um meio natural pouco conhecido; de imediato, instalam-se os agentes locais do capital comercial e industrial. De outra parte, os colonos são enquadrados politicamente, sendo que a dominação passou de um tipo autoritário a uma dominação por clientela, o que não impediu que as agências de colonização tudo fizessem para obstaculizar a ação coletiva dos migrantes.

Finalmente, deve-se lembrar que todos esses componentes sociais interagiram, de uma região a outra. Quando se propagandei as novas terras, são aqueles agricultores que tiveram bons resultados nos programas de colonização que, transmutados em "colonos modelos", servirão de apoio à difusão da mensagem da colonização nas regiões meridionais. A seleção social, por sua vez, operou tanto em uma região como em outra, os excluídos do Sul alimentando os contingentes dos migrantes, e os excluídos dos programas voltando em muitos casos para as regiões de origem. Enfim, a concentração fundiária manteve-se inalterada, em ambas as regiões.

Outro aspecto diz respeito às imagens recíprocas que as agências de colonização faziam difundir: se a mensagem favorável acerca das zonas de destino era difundida nas outras para convencer os colonos a partir, o discurso das agências de colonização sobre a crise dos pequenos produtores das re-

giões meridionais alimentava o conformismo desejado dos colonos nas regiões de destino.

Por outro lado, as lutas sociais pela terra, que eclodiram na última década nas regiões meridionais, buscavam reforço ideológico nas experiências e nos relatos dos colonos que voltavam dos programas de colonização, de tal sorte que podemos falar de uma luta social contra a política de colonização presente no Sul. Inversamente, o eco dessas mesmas lutas influenciava os colonos nos programas de colonização, fazendo-os avaliar suas chances de retornar, e de serem beneficiados por um eventual sucesso da reivindicação por terra nas regiões meridionais.

A dimensão temporal do processo da colonização define-se pela duração no qual ele se realiza: tal duração se estabelece de um ponto, datado social e historicamente, a outro, o que significa também que o processo da colonização passa por certos ciclos, como o descrevemos anteriormente. Deve-se, pois, compreender que este processo se desenvolve durante um "lapso de tempo", durante o qual certos efeitos sociais são produzidos: trata-se, sobretudo, de efeitos simbólicos e políticos que se realizam em todos os pontos do espaço social configurado pela colonização.

Por um lado, o discurso da colonização elabora certas categorias que tornam opacas as realidades sociais vivenciadas nas zonas de colonização, emitindo uma imagem invertida do que lá ocorre. Ou seja, durante o tempo social da colonização, produzem-se símbolos que tentam atrair as populações das regiões de origem. O outro aspecto da temporalidade da colonização consiste nos efeitos políticos que se verificam, pois o que se objetiva é a reprodução da dominação social, durante um certo tempo, no espaço social da colonização, e a mensagem difundida vai intervir nas práticas políticas das forças sociais em conflito.

A interconexão das duas dimensões – espacial e temporal – do processo da colonização agrícola, leva-nos a identificar as diferentes classes e forças sociais presentes neste processo. No período do regime autoritário-militar, podemos resumir-las às seguintes: o Estado e suas diversas agências; as empresas e as cooperativas de colonização; os grupos dominantes locais; os grandes proprietários fundiários; e os camponeses.

Não poderíamos aqui reconstituir em detalhe a participação de cada uma dessas forças sociais no processo de colonização. Desejamos apenas assinalar que é evidente que tais atores sociais já existiam na sociedade brasileira: porém, pelo fato de que sejam participantes do processo de colonização, ou que, em certas circunstâncias, novos grupos sociais tenham sido formados pelo processo da colonização, isso provoca relações sociais novas.

Dois exemplos servem para indicar a ocorrência deste fenômeno. As empresas de colonização foram criadas em tal processo e nele encontram as fontes do lucro capitalista, seja pela mercantilização dos lotes rurais, seja pela criação do espaço urbano e de sua conseqüente valorização. Por outro lado, os camponeses que se inserem no processo da colonização vêem sua trajetória social modificada, seja pelas diferentes possibilidades econômicas que se abrem ou se frustram, seja pela criação de novas camadas sociais rurais nos programas de colonização.

Em outras palavras, as classes e atores sociais mencionados desencadeiam forças sociais que são ativadas, deslocadas ou mesmo transformadas por sua participação no processo da colonização agrícola. Assiste-se, então, do ponto de vista sociológico, à produção de relações sociais pelo processo da colonização agrícola na sociedade brasileira contemporânea.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Matuchos, le rêve de la terre (Etude sur le processus de colonisation agricole et les luttes des paysans méridionaux au Brésil, 1980-1934)**. Paris, Université de Paris – Nanterre, 1987, Tomo I e II (Tese de "Doctorat d'Etat" em Sociologia).
- (2) IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1984, esp. p.173/190.
- (3) **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- (4) MORAN, Emilio. **Developing the Amazon**. Bloomington, Indiana Press, 1981.
- (5) HEBETTE, Jean. **Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia**. Belém, NAEA-UFPA, 1982; RIVIERE D'ARC, Helene. "Le Nord du Mato Grosso. Colonisation et nouveau bandeirismo". – **Annales de Géographie**. Paris, 86 (477), 1978, p. 2790-306.
- (6) MOLINA, Maria Ignês. **Migração rural-rural: análise sociológica da migração dos parceiros do Projeto Iguatemi**. Piracicaba, ESALQ-USP, 1970 (Tese de Doutorado); PINTO, Maria da Graça O. **Reprodução da força de trabalho em uma área de fronteira agrícola. Rondônia**. Brasília, UnB, 1981 (Tese de Mestrado); JATENE, Heliana da Silva. **Reabertura da fronteira sob controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta**. Campinas, IFCH-Unicamp, 1982 (Tese de Mestrado). GUMARAES NETO, Regina. **A lenda do ouro verde**. Campinas, IFCH-UNICAMP, 1986 (Tese de Mestrado); OLIVEIRA, João Mariano. **A esperança vem na frente (contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso – o caso SINOP)**. São Paulo, FFLCH-USP, 1982 (Tese de Mestrado).

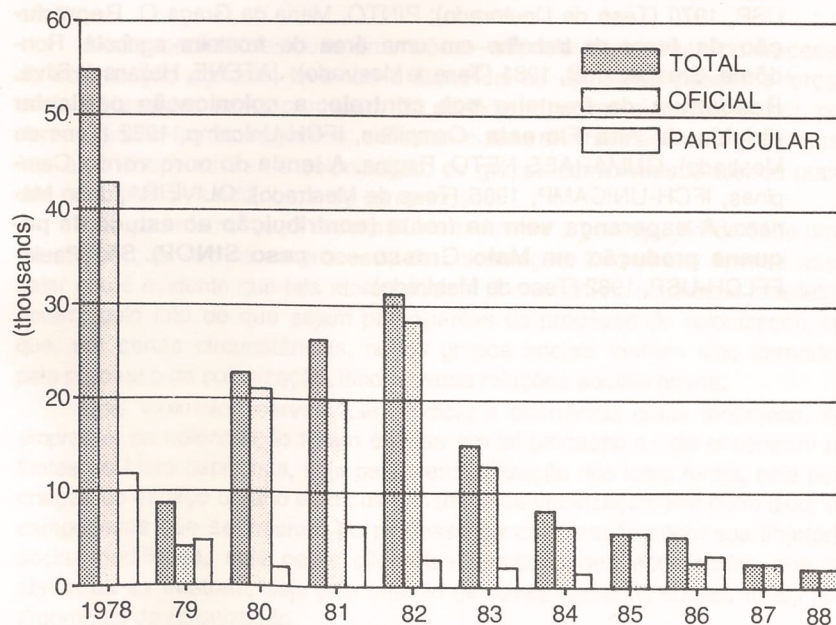
ANEXO

PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL
FAMÍLIAS INSTALADAS
De 1930 a 1978 – Até 1988

	COLONIZAÇÃO OFICIAL					TOTAL COL OFICIAL	COLONIZAÇÃO PARTICULAR	TOTAL GERAL
	P.I.C.	PROTERRA	PROJETOS EMANCI-PADOS	PROJ. ASSENTAM. RÁPIDO	CONVÊ-NIOS			
ATÉ								
1978	28.282	0	14.890	0	0	43.172	11.926	55.098
1979	3.327	0	554	0	0	3.881	4.760	8.641
1980	9.377	4	638	11.040	0	21.059	1.547	22.606
1981	7.301	0	322	11.172	1.154	19.949	6.199	26.148
1982	9.972	2.990	177	14.324	680	28.143	2.679	30.822
1983	12.385	0	0	1.403	0	13.788	1.366	15.154
1984	6.461	0	222	157	0	6.840	1.012	7.852
1985	5.057	0	120	0	0	5.177	0	5.177
1986	1.930	0	59	0	0	1.989	2.763	4.752
1987	1.820	0	59	0	0	1.879	0	1.879
1988	1.364	0	0	0	0	1.364	0	1.364
TOTAL	87.276	2.994	17.041	38.096	1.834	147.241	32.252	179.493

FORNE: MIRAD – DPO, 28/11/1988.

PROGRAMAS DE COLONIZAÇÃO – BRASIL
FAMÍLIAS INSTALADAS – 1930/1978 – 1988



ABSTRACT

THE PROCESS OF RURAL COLONIZATION
IN CONTEMPORARY BRAZIL

The author collects empirical studies and theoretical discussions in order to define, through the structural recurrence of the occupation of new land, the process of rural colonization based on family labour as a scientific object of study. He discusses its cyclical continuity, social control of space, social production of exclusion, social reproduction of colonizers and concludes by defining it as a complex social process, having a double dimension – of time and space – which puts social forces in conflictive interaction and, thus, produces social relations.

RESUME

LE PROCESSUS DE COLONISATION AGRAIRE AU
BRESIL CONTEMPORAIN

L'auteur réunit études empiriques et réflexions théoriques dans l'objectif de définir, à partir de la récurrence structurelle de l'occupation de nouvelles terres, le processus de colonisation agraire basée sur la production familiale en tant qu'objet scientifique.. Il considère sa continuité cyclique, le contrôle social de l'espace, la production sociale de l'exclusion, la reproduction sociale des colonisateurs. Concluant, ce processus est considéré complexe, ayant une double dimension – spatiale et temporelle – qui fait interagir les forces sociales en conflit et produit, ainsi, les rapports sociaux.